

Brasil

Relatório País

Departamento Estudos Económicos e Financeiros
 Telef. 21 310 11 86 | Fax: 21 353 56 94 | Email: deef@bancobpi.pt

Março 2017

Retrato do país

Governo

| | |
|----------------------|--|
| Regime | República Federal |
| Chefe de Estado | Michel Temer |
| Partido no poder | PMDB (Partido Movimento Democrático Brasileiro) |
| Partidos da oposição | PT (Partido dos Trabalhadores) |
| Eleições | Últimas eleições - Out. 2014 Próximas eleições - Out. 2018. |

Indicadores demográficos e sociais

| | | | |
|------------------------|--------------|-------------------|--------------|
| População (milhões) | 205.8 (2016) | Educação | |
| Densidade (por Km2) | 24.0 (2016) | Literacia (%ad.) | 92.6% (2015) |
| Pop. Urbana | 85.7% (2015) | Matric. Ed. Prim. | 95% (2013) |
| Pobreza e desigualdade | | Saúde | |
| Taxa de Pobreza | 15.1% (2013) | Esp. vida à nasc. | 73.8 (2016) |
| Coef. Gini | 52.9 (2013) | Médicos p/1000p. | 1.89 (2013) |

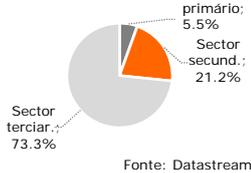
Estrutura da economia

| | |
|-------------------|-----------------------|
| PIB (Mil Milhões) | USD 1770 (Est. 2016) |
| PIB per capita | USD 8,587 (Est. 2016) |

Estrutura da economia (2016)

Estrutura PIB (% VAB nominal)

| | |
|-----------------|-------|
| Sector primário | 5.5% |
| Sector secund. | 21.2% |
| Manufacturas | 11.7% |
| Sector terciar. | 73.3% |
| Comércio | 12.5% |
| Adm. Pub. | 17.5% |
| Outros | 43.2% |



| | | | | |
|--|---------|---------|---------|---------|
| | 1980-89 | 1990-99 | 2000-09 | 2010-15 |
|--|---------|---------|---------|---------|

| | | | | |
|-------------------------|------|------|------|------|
| Cresc. PIB real* | 3.0% | 1.7% | 3.4% | 2.1% |
|-------------------------|------|------|------|------|

* Taxas de crescimento médias WEO (IMF)

Estrutura Comércio - Princ. Parceiros (2015)

| Exportações | | Importações | |
|-------------|--------------|-------------|--------------|
| | % total exp. | | % total imp. |
| UE (28) | 17.8% | UE (28) | 21.4% |
| China | 19.7% | China | 17.9% |
| EUA | 13.4% | EUA | 15.6% |
| Argentina | 7.1% | Argentina | 6.0% |
| Holanda | 5.5% | Coreia | 3.2% |

Fonte: ITC

Estrutura Comércio - Princ. Produtos (2015)

| Exportações | | Importações | |
|----------------------|---------|----------------------|---------|
| | % total | | % total |
| Produtos agrícolas | 41.9% | Produtos agrícolas | 6.2% |
| Petróleo e minerais | 19.1% | Petróleo e minerais | 17.9% |
| Prod. Manufacturados | 36.1% | Prod. Manufacturados | 75.9% |

Fonte: WTO



Rating

| | Rating | Últim. Alt. | Outlook |
|---------|--------|-------------|----------|
| S&P | BB | Fev 2016 | Negativo |
| Moody's | Ba2 | Fev 2016 | Estável |
| Fitch | BB | Mai 2016 | Negativo |

Ind. desenvolvimento e Competitividade

Última alteração

| | | |
|---|-----------------------------|---------|
| Índice Global de Competitividade | Ranking 75 (em 140 países) | 2016 |
| Facilidade de fazer negócios | Ranking 123 (em 190 países) | 2016-17 |
| Índice de desenvolvimento humano | Ranking 75 (em 188 países) | 2014 |
| Índice de percepção corrupção (Transparency.org) | Ranking 79 (em 176 países) | 2016 |

Avaliação Geral

| Pontos fortes | Pontos fracos |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> Riqueza em recursos naturais e matérias primas (incl. Petróleo) Situação externa equilibrada Economia diversificada Forte redução dos níveis de pobreza Dimensão do mercado interno Reservas Internacionais confortáveis Divida Pública sustentável (com forte peso da dívida interna) | <ul style="list-style-type: none"> Vulnerável à volatilidade dos preços das commodities Deterioração das finanças públicas Disparidades rendimento elevadas Elevada dívida privada (empresas) Fraca competitividade/corrupção Serviço da dívida elevado |

Perspectivas e riscos

- Perspectivas moderadas para o crescimento.
- Elevado desemprego continuará a limitar o consumo e crescimento.
- O investimento manter-se-á frágil dada a permanência de uma considerável folga produtiva.
- A situação fiscal difícil: o governo deverá continuar a ter dificuldade em diminuir a despesa e o serviço da dívida aumenta.
- Instabilidade política continuará a afectar confiança até que seja discernível um plano realista de reformas económicas.

Principais Indicadores Macroeconómicos

| | Fonte | 2013 | 2014 | 2015 E | 2016 P | 2017 P | 2018 P |
|---|-------|---------|---------|--------|--------|--------|--------|
| PIB (variação real %) | FMI | 3.0 | 0.1 | -3.8 | -3.3 | 0.5 | 1.5 |
| PIB Nominal (mil milhões reais) | FMI | 5316.5 | 5687.3 | 5904.3 | 6167.4 | 6578.5 | 7031.8 |
| PIB Nominal (mil milhões USD) | FMI | 2464.7 | 2417.2 | 1772.6 | 1769.6 | 1953.9 | 2028.9 |
| Taxa de desemprego | FMI | 7.2 | 6.8 | 8.5 | 11.2 | 11.5 | 11.1 |
| PIB Per capita (USD) | FMI | 12259.6 | 11920.3 | 8669.7 | 8586.5 | 9408.5 | 9698.7 |
| IPC (% , média anual) | FMI | 6.2 | 6.3 | 9.0 | 9.0 | 5.4 | 4.8 |
| Balança comercial (USD mil milhões) | IIF | 0.3 | -6.6 | 17.7 | 42.0 | 44.0 | - |
| Exportações de Bens (USD mil milhões) | IIF | 241.5 | 224.1 | 190.1 | 194.0 | 209.0 | - |
| Importações de Bens (USD mil milhões) | IIF | -241.2 | -230.7 | -172.4 | -152.0 | -165.0 | - |
| B. Serviços, Rend. E Transf. (USD mil milhões) | IIF | -75.1 | -97.6 | -76.6 | -62.0 | -62.0 | - |
| Conta Corrente (% PIB) | FMI | -3.0 | -4.3 | -3.3 | -0.8 | -1.3 | -1.5 |
| Saldo orçamental (% do PIB) | FMI | -3.0 | -6.0 | -10.3 | -10.4 | -9.1 | -8.0 |
| Dívida Pública (% do PIB) | FMI | 60.4 | 63.3 | 73.7 | 78.3 | 82.4 | 85.2 |
| Dívida Externa (% do PIB) | IIF | 25.2 | 29.5 | 37.6 | 41.4 | 41.5 | - |
| Real/USD (média do período) | IIF | 2.2 | 2.4 | 3.3 | 3.7 | 4.0 | - |
| Variação nos termos de troca (%) | IIF | -2.0 | -3.4 | -11.0 | -3.8 | 2.5 | - |
| Reservas Internacionais (USD mil milhões) | IIF | 356.2 | 361.0 | 354.2 | 344.2 | 339.2 | - |
| em meses de importações de B&S | IIF | 11.5 | 11.3 | 14.3 | 15.8 | 14.8 | - |

Sources: FMI, IIF

Recessão económica continua

A economia brasileira contraiu 3.6% em 2016, pouco menos do que a queda de 3.8% registada em 2015. O mau desempenho da economia está em parte relacionado com crescimento moderado da procura global, limitando a expansão do sector exportador, mas reflecte também a crise política em que o país ainda esteve envolvido sobretudo no primeiro semestre do ano, e que se traduziu em evolução desfavorável do sentimento entre os agentes económicos e no adiamento de decisões de ordem política. Por componentes do PIB, refere-se a fraca *performance* do investimento, o qual decresceu cerca de 10% durante todo o ano (13.9% em 2015). O consumo, por outro lado, diminuiu 4.2%. Em relação ao sector externo, as importações retraíram aproximadamente 10%, espelhando a quebra da actividade económica; as exportações cresceram apenas 1.9% no conjunto do ano. Entretanto, vários indicadores económicos sugerem que a economia continuará a contrair no início de 2017, ainda que a um ritmo mais moderado, na medida em que a folga produtiva do sector empresarial é ainda considerável e porque o consumo das famílias continua pressionado pelo elevado nível de desemprego. Neste sentido, aponta o facto de os indicadores PMI tanto relativos à actividade no sector das manufacturas como dos serviços permanecer abaixo do nível 50 que separa um cenário de recuperação de outro de contracção da actividade, e o facto do índice de actividade económica continuar a cair, ainda que a um ritmo mais moderado em Dezembro do que nos meses anteriores. Com efeito, o índice de actividade económica calculado pelo banco central corrigido de sazonalidade caiu 1.82% yoy em Dezembro, o que compara com uma quebra média anual superior a 4% ao longo de 2016. Pela positiva referem-se as melhorias dos indicadores de sentimento dos industriais e dos consumidores, o que em grande parte reflectirá perspectivas futuras mais positivas no que se refere à evolução do rendimento disponível das famílias - via redução da taxa de inflação - e dos custos de financiamento - via redução do nível das taxas de juro directoras do banco central.

Esforço reformista para favorecer crescimento

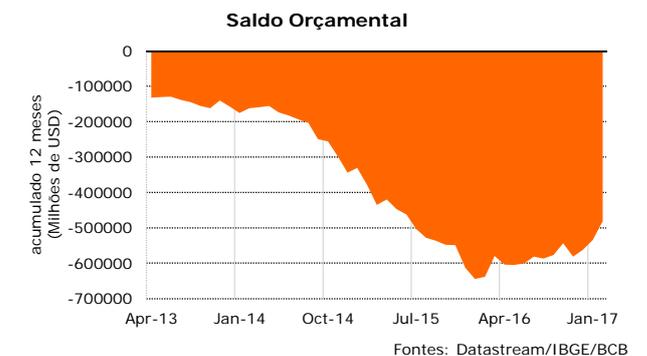
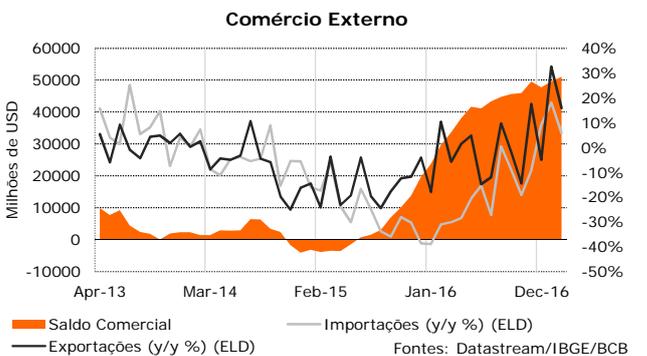
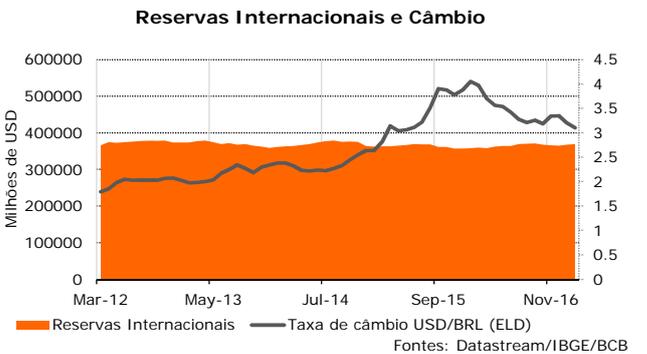
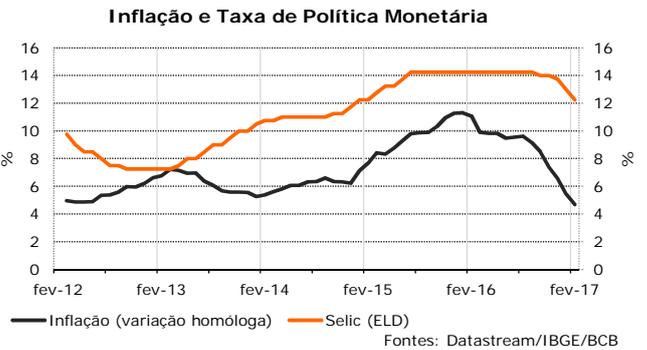
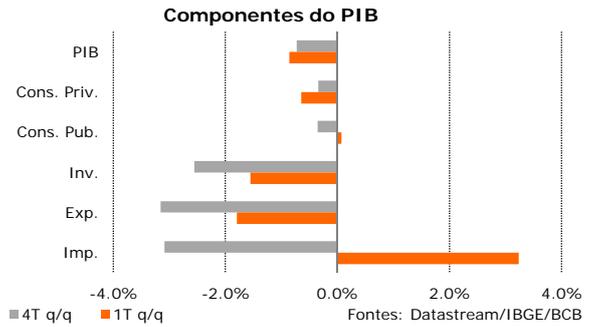
De forma a combater o ciclo contracccionista, a nova administração Temer tem vindo a adoptar uma postura pró-activa no que concerne à introdução de reformas estruturais que favoreçam o retorno a um cenário de crescimento sustentável no longo prazo. Destas, destaca-se a já aprovada lei que limita o crescimento da despesa pública à taxa de inflação do ano anterior por um período de 20 anos, contribuindo para uma evolução mais favorável do défice público, actualmente em torno dos 10% do PIB. Entretanto estão a ser discutidas no Congresso alterações ao sistema de segurança social e flexibilização da legislação relativa ao mercado de trabalho. Relativamente ao sistema de segurança social, cuja aprovação pelo Parlamento deverá ocorrer em Abril e pelo Senado em Agosto, destaca-se a alteração da idade de reforma para 65 anos face aos actuais 60 anos para os homens e 55 para as mulheres, a eliminação de regimes especiais excessivamente generosos e homogeneização dos sistemas de pensões público e privado. A aprovação desta reforma surge como um factor importante, na medida em que a despesa da segurança social representa cerca de 40% da despesa federal total. No campo das leis laborais, as intenções do governo são de contribuir para a redução dos custos laborais e do elevado nível de desemprego - em 2016 a taxa de desemprego foi de 11.5%, mais 3 pontos percentuais (p.p.) do que em 2015 - propondo para tal a flexibilização do número de horas diárias de trabalho e prorrogação dos prazos dos contratos a prazo.

Riscos internos externos para a economia

Internamente, factores de ordem política relacionados com o caso Lava Jato podem ainda pesar sobre alguns dos membros do actual governo, pondo em causa a realização das reformas acima referidas, com potenciais efeitos desfavoráveis para o crescimento, nomeadamente por deterioração do sentimento dos investidores. A proximidade das eleições presidenciais, agendadas para Outubro deste ano, poderá reflectir-se em menor impeto reformista. Externamente, os riscos apresentam-se relativamente limitados, na medida em que o Brasil se encontra numa situação bastante confortável no que concerne às suas contas externas, estando o défice da conta corrente (23.5 mil milhões de USD em 2016) coberto pelos fluxos de IDE (78.8 mil milhões de USD em 2016), e dado o satisfatório nível das reservas internacionais, as quais correspondem a mais de 15 meses de importações.

Finanças públicas desequilibradas

Depois do primeiro défice primário em 10 anos em 2014, o mesmo aumentou em 2016 para 2.8% (1.9% em 2015), enquanto o défice global praticamente estabilizou, tendo em 2016 atingido os 10.4% do PIB, mais 0.1 p.p. do que no ano anterior. Em consequência disto, em 2016 o Brasil perdeu a notação de *rating* de investimento por parte das três principais agências de *rating*, estando dois níveis abaixo desse limiar na S&P, Fitch e Moody's, depois desta última agência ter revisto o *rating* do Brasil em baixa em Maio de 2016. O *outlook* é negativo nas avaliações da S&P e da Fitch. A Moody's reviu no dia 15 de Março de 2017 o *outlook* de negativo para estável, reflectindo sinais de estabilização, ligeira retoma da actividade económica, bem como o fortalecimento do quadro institucional facilitando a implementação de reformas estruturais. Para este ano, é esperada uma ligeira melhoria do défice primário, que se deverá cifrar nos 2.2% do PIB, de acordo com as previsões do FMI, não esperando este organismo que o saldo primário volte a uma situação positiva antes de 2020. Neste período, assistiu-se a um crescimento exponencial do rácio de dívida pública, o qual segundo a Moody's se terá situado em 73% em 2016, cerca de 17 p.p. acima do nível observado no final de 2014. Pese embora esta trajetória de acentuada deterioração do endividamento público no Brasil, a Moody's refere que as características da dívida pública brasileira mitigam os riscos associados ao aumento da dívida, os quais em grande parte se relacionam com o facto da dívida pública ser maioritariamente emitida em reais, por ser detida por um leque alargado de investidores, sobretudo domésticos, e porque uma parte considerável da dívida emitida tem como finalidade ser usada pelo Banco Central para realização de operações no mercado monetário.



Esta publicação destina-se exclusivamente à circulação privada. A informação nela contida foi obtida de fontes consideradas fiáveis, mas a sua precisão não pode ser totalmente garantida. As recomendações destinam-se exclusivamente a uso interno, podendo ser alteradas sem aviso prévio. As opiniões expressas são da inteira responsabilidade dos seus autores, reflectindo apenas os seus pontos de vista e podendo não coincidir com a posição do BPI nos mercados referidos. O BPI, ou qualquer afiliada, na pessoa dos seus colaboradores, não se responsabiliza por qualquer perda, directa ou potencial, resultante da utilização desta publicação ou seus conteúdos. O BPI e seus colaboradores poderão deter posições em qualquer activo mencionado nesta publicação. A reprodução de parte ou totalidade desta publicação é permitida, sujeita à indicação da fonte. Por opção própria, os autores não escrevem segundo o novo Acordo Ortográfico. Os números são apresentados na versão anglo-saxónica, ou seja, utilizando a vírgula como separador de milhares e o ponto como separador decimal e utilizando a designação de "milhar de milhao" para 10^9.